

ATA Nº 161
Assembleia-Geral Ordinária
24 de março de 2019

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e dezanove realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar no Auditório da FGP – Estrada da Luz, nº 30 A, em Lisboa, pelas 10h30, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de 2018;

Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da proposta apresentada pelo filiado coletivo Sport Algés e Dafundo, de acordo com artigo 1º, nº 4 do Regulamento para a Atribuição de Galardões e Títulos e Prémios, para a atribuição do Colar de Valor, Mérito e Bons Serviços à Profª Ida Pereira;

Ponto 3 – Assuntos diversos, não sujeitos a deliberação, com relevância para discussão em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral, reunida em segunda convocatória, foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG), Guilherme Machado Dray, que deu início à Ordem de Trabalhos.

A delegada Maria Antonieta Pereira pediu a palavra e solicitou a introdução de um novo ponto na Ordem dos Trabalhos, relacionado com Regulamento de transferências.

O Presidente da Assembleia Geral esclareceu que, segundo o artigo 49º (Deliberações), dos Estatutos da FGP, “Não se podem tomar quaisquer deliberações sobre matérias não constantes do aviso convocatório, salvo se estiver presente a totalidade dos delegados que compõem a Assembleia Geral, e estes, por unanimidade, aceitarem expressamente discutir e votar a matéria em causa.” Por este motivo o pedido não foi aceite.

Tomou a palavra o Presidente da FGP, João Paulo Rocha, cuja apresentação incidiu nos vários indicadores contidos no Relatório de Atividades e Contas de 2018. Destacou alguns deles com o propósito de reflexão sobre o que tem sido a evolução da nossa Ginástica. Considerou 2018 como um ano de grandes sucessos e motivo de orgulho para toda a comunidade gímnica.

Relativamente à distribuição das filiações por disciplina, a Ginástica para Todos (GpT) continua a ser a disciplina com o maior número de filiados. Trata-se de uma disciplina não competitiva. Dentro das disciplinas competitivas aquela que se afirma com maior número de filiados é claramente a Ginástica Acrobática (GA) que já ultrapassou os 4.000 (quatro mil) filiados.

Continua a existência de uma predominância acentuada dos filiados de sexo feminino, embora tenha havido, de 2017 para 2018, uma ligeira diminuição dessa preponderância. Mesmo assim o número global tem aumentado. Um dos objetivos da equipa diretiva da FGP sobre esta matéria é atrair mais participantes do sexo masculino, utilizando numa primeira fase as disciplinas potencialmente mais atrativas, Ginástica de Trampolins (GT) e Ginástica Artística Masculina (GAM) e numa segunda fase todas as outras.

Sobre a evolução das filiações informou que em duas disciplinas se verifica uma ligeira diminuição, nomeadamente na Ginástica Rítmica e Ginástica Aeróbica, mas este ano essa diminuição já foi superada. Os números de 2019 vão mostrar um crescimento comparativamente ao ano 2017. No setor masculino não foi registada diminuição do número de filiados e na Ginástica Aeróbica, ao contrário do setor feminino, em que o resultado é igual ao do ano passado.

Relativamente ao número global de ginastas continuam a crescer e o número de Clubes também. Regista-se, aproximadamente, 21.000 (vinte e um mil) ginastas filiados e 253 (duzentos cinquenta e três) Clubes.

Todas as Associações Territoriais, com exceção da AG de Madeira, cresceram.

No que diz respeito aos filiados participantes em eventos da FGP informou que as disciplinas com maior desenvolvimento em número de participantes têm uma maior oferta na organização de eventos locais e territoriais e registam um decréscimo na participação ao nível nacional. Este facto é normal e explicável, exemplificando com a Ginástica Acrobática que tem 4000 (quatro mil) participantes e seria impossível que todos estivessem presentes no Campeonato Nacional e na Taça de Portugal.

O facto de haver um ligeiro decréscimo percentual de participações ao nível nacional significa que estas disciplinas estão com maior desenvolvimento não só ao nível de aumento do número de praticantes mas também registam uma maior oferta competitiva ao nível local e territorial. Este caso é bem visível na GAF, em parte na GAM e muito intensamente na GR e também na Ginástica Aeróbica.

Relativamente ao Programa de Apoio aos Treinadores de Alto Rendimento (PATAR) o ano 2018 regista um acréscimo do número de treinadores abrangidos e um investimento na ordem de 220.000 (duzentos e vinte mil) euros. No Programa de Apoio ao Apetrechamento (PAA), para o ano 2018 foram alocados 30.000 (trinta mil) euros e foram apoiados 6 (seis) Clubes. Regista-se um decréscimo que é explicável. Num determinado ano a FGP apoia muito mais Clubes mas com verbas mais pequenas. Na alguns casos este apoio é destinado a Projetos que necessitam de um impulso pontual para se desenvolverem novos projetos ou já iniciados. Isso aconteceu no ano 2015 e 2017. A diminuição do número de Clubes apoiados em 2018 prende-se com investimentos mais seletivos, mais estruturantes e material ou equipamentos mais caros. Esta situação voltará a acontecer também no ano de 2019 com um investimento no valor de 40.000 (quarenta mil) euros.

Sobre o Programa de Formação o Presidente da FGP anunciou que em 2018 foram realizadas 21 (vinte e uma) ações destinadas aos treinadores abrangendo 612 (seiscentos e doze) formandos e 19 (dezanove) ações de formação de Juizes com 285 (duzentos oitenta e cinco) formandos. Outras ações de formação sobre aspetos específicos relacionados com a função treinadores, juiz ou dirigentes, entre outros, foram 48 (quarenta e oito) e contabilizaram 1.229 (mil duzentos e vinte e nove) formandos. Para o ano 2019 estão previstas aproximadamente 180 (cento e oitenta) formações de vários tipos.

Relativamente ao Investimento no Alto Rendimento, o mesmo continua a subir. Nos últimos três anos esta subida aconteceu não só por acréscimo do investimento do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) mas também por um acréscimo muito significativo por parte da Federação, que colocou este investimento em 2018 num patamar próximo ao do que existia no ano de 2012.

Na sua intervenção o Vice-presidente para a área financeira e modernização administrativa, Ricardo Antunes, falou sobre alguns indicadores económicos e financeiros.

Relativamente à Demonstração dos Resultados desde 2011, com exceção de um ano, até 2018 os mesmos estão em constante crescimento. Até à data apresentam o valor de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) euros de acumulado. Outra análise prende-se com o Valor Patrimonial. A FGP está a criar riqueza e a valorizar-se. Esta é a valorização contabilística mais alta de sempre e pela primeira vez é superior a 1.000.000 (um milhão) de euros e com tendência de crescimento contínuo. A Independência Financeira é outro indicador que, desde 2011, apresenta os valores mais altos de sempre, excetuando os subsídios estatais. A Sustentabilidade é o indicador que mede qual é a melhoria financeira e a melhoria económica. Todos eles estão em números muito “agradáveis” e recordou que estes indicadores há alguns anos atrás eram negativos. Outro indicador muito revelante é o Fluxo de Caixa que mostra a capacidade de gerar e libertar dinheiro. Todos os valores são positivos com exceção do ano 2012 devido a decisão estratégica de resolver dívida existente.

Em conclusão: A FGP continua sustentável, economicamente em crescimento, a libertar liquidez, pronta para os investimentos que possam vir e continuando uma gestão de rigor, prudência e eficiência.

O Presidente da FGP comunicou à AG que estão presentes na reunião, a Sandra Vieira, chefe dos serviços administrativos e financeiros da FGP e o Dr. Nuno Azevedo, representante da BDO.

Aproveitou ainda para informar que, em dezembro de 2018, foi verificado um retrocesso na obra de Casa de Ginástica. Foram detetadas algumas falhas e neste momento a direção federativa, em conjunto com alguns parceiros, está a procurar o caminho para a sua resolução.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou a palavra aos delegados.

A intervenção do delegado Joaquim Franco incidiu sobre os resultados desportivos apresentados pelo Presidente da Federação. Na sua opinião deviam ser acrescentado o 1º lugar de um praticante de 12 anos na Competição Mundial por Grupo de Idades em Ginástica Aeróbica, o 4º lugar alcançado pela equipa sénior masculina, no Campeonato de Europa de TeamGym e a menção Ouro alcançada pelo GymnoFrielas no Gym for Life Challenge Europeu, realizado na Bélgica.

O Presidente da FGP respondeu que era impossível nesta reunião apresentar todos os resultados alcançados mas garantiu que estas conquistas constam no Relatório de Atividades de 2018 que, por sua vez, é um documento público.

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa procedeu ao ato de votação do Relatório de Atividades e Contas de 2018. O documento foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor, 1 abstenção e 0 votos contra.

No ponto dois - Apreciação, discussão e votação da proposta apresentada pelo filiado coletivo Sport Algés e Dafundo, de acordo com artigo 1º, n.º 4 do Regulamento para a Atribuição de Galardões, Títulos e Prémios, para a atribuição do Colar de Valor, Mérito e Bons Serviços à Prof.ª Ida Pereira.

6

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da FGP que afirmou que a proposta está acompanhada e subscrita pela Direção da Federação e explicou as razões para tal.

A Prof.ª Ida Pereira está na Ginástica há décadas e é uma referência na nossa Ginástica Rítmica e na própria Ginástica no seu total. É uma treinadora que apurou duas vezes ginastas para os Jogos Olímpicos e participou nos dois. Este é caso único na Ginástica Rítmica em Portugal. Tem dezenas de presenças em Campeonatos do Mundo e Campeonatos de Europa. Sublinhou que a Prof.ª Ida Pereira gosta de contribuir para o desenvolvimento da Ginástica e fá-lo há décadas. É uma formadora, acompanha constantemente as gerações mais jovens à integrarem-se na modalidade e a progredir. Neste sentido é de inteira justiça a atribuição do Colar de Valor, Mérito e Bons Serviços.

O delegado Vítor Varejão relatou alguns episódios, desde 1991, através dos quais conheceu mais de perto a Prof.ª Ida Pereira. Considera-a uma pessoa exemplar, competente, rigorosa, e reconhecida pela comunidade gímnica internacional, razão pela qual se associa a esta iniciativa.

A proposta foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 21 votos a favor, e aclamação de todos os delegados.

No ponto três – Assuntos diversos, não sujeitos a deliberação, com relevância para discussão em Assembleia Geral, o Presidente da Assembleia passou a palavra aos delegados.

A delegada Maria Antonieta Pereira levantou a questão abordada no início da reunião, relacionada com a transferência das ginastas. Na sua opinião há necessidade de existência de um Regulamento de Transferências.

O delegado Agostinho Moura falou sobre um *e-mail* que circulou e relatava um caso específico. Considera que os Clubes fazem grandes investimentos na formação dos ginastas e condena o facto de que outros, de forma diversa, tentam aliciá-los.

O delegado Vítor Varejão deu alguns exemplos relacionados com o assunto do Distrito de Santarém. Há atletas que saem de um determinado Clube para outro e não se pode reagir por falta de Regulamentação das transferências. Considera o caso apresentado pelo delegado Agostinho Mora de extrema gravidade.

O delegado Gonçalo Marques deu os parabéns a direção da FGP pelos resultados alcançados em 2018 e informou, relativamente às transferências, que na AG de Madeira existem casos idênticos. Afirma não estar contra as transferências mas sente a necessidade de ver este processo a decorrer de uma forma justa.

Segundo a delegada Maria Antonieta Pereira não se trata de uma questão de dinheiro. Na sua opinião este é um problema moral.

O Presidente da FGP agradeceu o facto deste tema ser colocado em Assembleia Geral para poder prestar os esclarecimentos necessários. Informou que o recente acontecimento de transferência de um ginasta já aconteceu com muitos outros ginastas em vários pontos do país e em todas as disciplinas. Lembrou que uma transferência pode ocorrer por diversos motivos. Uma por mudança de residência, outras à procura de novas oportunidades desportivas, mas também reconheceu que há casos onde os limites da ética são

6

claramente ultrapassados. Por este motivo, e no âmbito das suas competências, a direção da Federação criou o primeiro Regulamento de Transferências de sempre na Ginástica portuguesa em 2012. Naquela altura uma entidade questionou por várias vezes a Direção, e achava que este Regulamento era inconstitucional. Na altura, foram invocadas questões de precedentes havidos com a Federação Portuguesa de Futebol que foi obrigada a mudar o seu Regulamento de Transferências na base destas mesmas alegações de inconstitucionalidade. A FGP fez ajustes do seu regulamento em 2014 julgando nessa altura que correspondiam àquilo que eram as dúvidas levantadas. No período entre 2012 e 2014 foram reguladas múltiplas transferências entre vários Clubes de uma forma justa, equilibrada e ninguém ficou zangado ou magoado. Em 2014 uma entidade “voltou à carga” e tentou uma ação judicial contra a Federação a propósito do Regulamento de Transferências. Este processo foi devidamente explicado através de comunicado que na altura foi emitido. Perante este cenário, apesar a Direção da Federação achar, e continua a achar, que não existia ilegalidade e que o Regulamento podia manter-se em vigor, optou-se, pesando os “prós” e os “contra”, que não se deveriam subtrair recursos destinados ao desenvolvimento da Ginástica em prol de uma batalha judicial que se alinhava longa e difícil, e sobre a qual o resultado era de desfecho incerto. Por isso, foi decidido revogar o Regulamento que em 2014 simplesmente deixou de vigorar.

Concluiu que a Direção da Federação esteve e está disponível para fazer entrar em vigor o Regulamento de Transferências. Foi pedido parecer jurídico só para que não restassem dúvidas. Relativamente à obrigatoriedade ou não das Federações terem este tipo de Regulamento, logo que disponível o parecer solicitado, a Direção agirá em conformidade.

Terminando, solicitou solidariedade com todos os Clubes que até agora foram vítimas de falta de ética e de aliciamentos a ginastas. A Direção condena essa prática e acha que se houver provas de ilícito ético e que sejam enquadráveis no Regulamento da Disciplina da Federação, deve-se formalizar a participação ao Conselho de Disciplina para o caso seja apreciado.

O delegado Vítor Simões Duarte transmitiu que as Ações de Formação são importantes e pertinentes para a obtenção ou a manutenção das suas cédulas de treinadores. Referiu que em muitas situações estas Ações coincidem com a realização de provas desportivas o que impede os técnicos de as frequentar. Solicitou a Direção da Federação mais cuidado no agendamento destas atividades.

O Vice-presidente Álvaro Sousa disse compreender a dificuldade que passa a existir com a coincidência das datas. Informou que não há possibilidade física de separação das atividades da Federação, das Associações e das competições e exibições com as Ações de Formação. Em 2018 vão ser realizadas 178 (cento setenta e oito) ações e muitas delas compreendem mais do que um dia recordando que o ano civil tem só 52 (cinquenta e dois) fins-de-semana. Tenta-se evitar a coincidência com provas para as ações essenciais – Cursos de Treinadores que são de frequência obrigatória. Sublinhou que as Ações de Formação são múltiplas e o treinador pode escolher em que ação participa para completar os créditos que necessita para manter o título de treinador. A oferta é vasta e cada um deve conjugá-la com a sua própria agenda de competições.

A delegada Ida Pereira acrescentou que os cursos de juízes também contam para o trabalho de treinador e são considerados formação técnica e formação específica.

O delegado Joaquim Franco recordou o assunto sobre alterações estatutárias que foi abordado ainda na primeira reunião desta Assembleia Geral. Voltou a referir que os Estatutos não refletem a justiça e equidade da prática de Ginástica em Portugal. Referiu que duas disciplinas não estão devidamente representadas na AG como é o caso da Ginástica Aeróbica e *TeamGym*. Tem de ser desenvolvido um trabalho e os procedimentos necessários para que estas disciplinas passem a ter dignidade de representação própria na AG e em vigor já no próximo ato eleitoral. Vários delegados trocaram *e-mails* apresentando ideias e propostas. Foi assim criado um pequeno grupo de trabalho informal. Neste momento existem quatro ou cinco propostas concretas sobre a questão da representatividade. O delegado propôs a constituição de um grupo de trabalho para efeitos de alteração estatutária e transformar o que neste momento é informal em algo formal. A Direção da Federação na voz do Presidente mostrou-se totalmente disponível para colaborar.

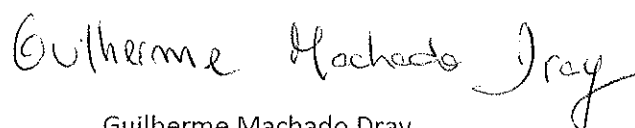
O delegado Luís Apolónia colocou duas questões. Uma relacionada com as subvenções dos juizes com menos de 30 anos e mais de 30 anos e as respetivas diferenças fiscais. A outra prendia-se com o Conselho de Ajuizamento. O presidente da FGP prestou os devidos esclarecimentos.

Por último o delegado Gonçalo Marques apresentou uma dúvida relacionada com o Parecer do Conselho Fiscal, que foi respondida pelo Vice-presidente Ricardo Antunes.

Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral declarada encerrada pelas 12h05.

Na apreciação e votação dos Pontos 1 e 2 da ordem de trabalhos estiveram presentes 21 (vinte e um) delegados e no ponto 3 estiveram presentes 22 (vinte e dois) delegados, conforme a lista de presenças assinada por todos, anexa à presente Ata e que dela faz parte integrante.

O Presidente da Mesa de Assembleia Geral



Guilherme Machado Dray